



ESPECIAL
REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

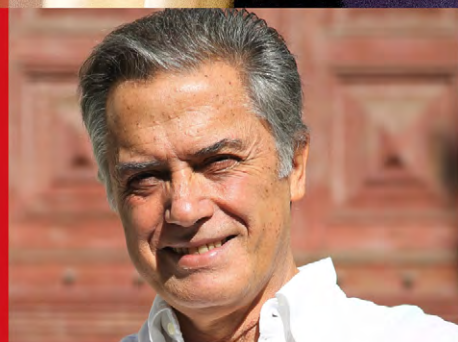


GONÇALO RIBEIRO TELLES
VISIONÁRIO, REALISTA
E MONÁRQUICO

DESTACÁVEL

**AS BATALHAS
DA TOPONÍMIA**

por Carlos Bobone



ENTREVISTA

Virgílio Castelo

*“Parece-me que os portugueses dão,
na sua atitude política quotidiana,
muito mais sinais de preferirem
um regime monárquico”*



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Em devido tempo, o Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles alertou para a necessidade duma regulamentação adequada da floresta portuguesa e de uma política agrícola que precavesse o abandono do interior do país. Para si, a Chefia de Estado Real era parte integrante duma concepção profundamente ecológica da Nação e em boa hora a Real Associação de Lisboa decidiu publicar em livro uma antologia de textos políticos seus, até agora dispersos (ver pág. 23).
Perante os trágicos incêndios que se verificaram em Junho e Outubro, e confrontados com as suas mais profundas causas, era inevitável lembrarmo-nos das suas palavras sábias e do seu combate. Nós monárquicos sabemos que a Pátria se constitui não só pela língua comum que falamos, pela história e cultura de que somos resultado, mas também pelo território físico que ocupamos neste extremo ocidental da Europa, que a “República Portuguesa”, essa entidade abstracta, uma coisa “em forma de assim” com que nos querem designar e cuja função é pouco mais do que perseguir para cobrar impostos, vem demonstrando uma absoluta incapacidade de administrar. Não há verdadeira soberania sem autoridade sobre o território. Nestes estranhos tempos de “realidades virtuais” e “simplexes”, a gestão responsável do território e do património físico de Portugal tem que ser uma prioridade para todos nós, e os monárquicos não estão isentos de o exigir com veemência aos seus governantes. Iremos estar vigilantes.

Nós monárquicos sabemos que a Pátria se constitui não só pela língua comum que falamos, pela história e cultura de que somos resultado, mas também pelo território físico que ocupamos neste extremo ocidental da Europa.

Foi com enorme consternação que no passado dia 16 de Setembro soubemos da morte do João Mattos e Silva que, cedo demais, sucumbiu na última batalha que lhe cabia enfrentar (ver pág 4). O João Mattos e Silva foi dirigente da Juventude Monárquica, foi o primeiro presidente da Causa Real e mais recentemente presidente da Real Associação de Lisboa – foi responsável pela minha adesão a esta militância, quando me convidou em 2009 para fazer parte da sua direcção, ocasião em que fundámos este projecto do Correio Real que afinal é um legado seu. Recordarei sempre o João, para lá do amigo e companheiro, como o mais persistente dos militantes monárquicos, sempre na primeira fila dos duros desafios que a nossa Causa enfrentou, independentemente do cargo que ocupava, com uma generosidade imensa. Um homem de grande frontalidade e de uma inabalável lealdade à Família Real Portuguesa. O nosso João Mattos e Silva deixa-nos uma herança incontornável na história da resistência monárquica, marcada pelo seu pragmatismo político e dedicação incondicional. Reconfortante foi constatar nas suas exéquias que o João esteve sempre acompanhado não só pelos seus familiares e muitos amigos, mas pela bandeira que incansavelmente durante toda a sua vida ousou levantar, fruto da enorme coragem e amor à sua maior Causa: Portugal.

João Távora,
Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO
DA CAUSA REAL PRODUZIDO
PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira,
das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em:
www.causareal.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho,
João Távora, Luís Barata, Tomás Moreira.

Design e edição: Madalena Pestana

Fotografia: Nuno de Albuquerque Gaspar

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do
Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho,
artigo 12º n.º1 alínea a)



António de Souza-Cardoso
Presidente da Causa Real

SOMOS TODOS CAUSA REAL!

Sirvo-me deste editorial para esclarecer algo que muitos monárquicos e julgo até que alguns dirigentes ainda não perceberam. Convicto que estou que o Movimento é feito de gente de bem e que podendo existir mal entendidos involuntários, não existe intenção de criar maus entendimentos, qualquer que seja a motivação.

As Reais Associações surgiram há já quase 30 anos, no estertor da formulação partidária – falo, claro do PPM, pelo qual muitos de nós optaram, no calor da revolução do 25 de Abril e num contexto histórico singular e justificado. O PPM não sobreviveu ao pecado original com que foi constituído e hoje vive de uma preocupante marginalidade e vulnerabilidade, sem falar na sua comprovada irregularidade constitucional que o “oportunismo” de algumas coligações eleitorais tem tentado fazer esquecer.

Surgiram as Reais Associações – como deviam surgir: não por decreto exarado num gabinete qualquer em Lisboa ou no Porto, mas pela vontade expressa e

Hoje, as Reais Associações não são já partes de um todo chamado Causa Real. São, outrossim, a própria Causa Real. E por isso os seus Presidentes, são quem maioritariamente compõe a Direcção da Causa Real.

EDITORIAL



CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

juridicamente consagrada de todos quantos nas diferentes regiões, acreditavam na bondade da Instituição Real, qualquer que fosse a sua sensibilidade e filiação partidária.

E, depois de esta ideia ter alastrado a todo o território, com o estímulo valioso e persistente de SAR o Duque de Bragança decidimos 5 anos após, constituir a respectiva Federação. Algo que agregasse as partes e transmitisse coerência e dimensão à acção voluntarista que despontava de forma mais ou menos intensa em cada região. Presidida pela primeira vez, por um Homem Bom a quem aqui volto a prestar homenagem – o João Mattos e Silva!

Cerca de 15 anos depois o movimento monárquico sentiu que tinha atingido a maturidade suficiente para, agora sim, adoptar o modelo unitário que recusou para a sua génese. Não quis, no entanto, desconsiderar nem desactivar o passado – man-

teve a autonomia jurídica das Reais Associações – conferindo um novo desenho regional mais consentâneo com a eficácia de intervenção do movimento.

Hoje, as Reais Associações não são já partes de um todo chamado Causa Real. São, outrossim, a própria Causa Real. E por isso os seus Presidentes, são quem maioritariamente compõe a Direcção da Causa Real

* CONTINUA NA PÁG. 7

16

ÍNDICE

4

OPINIÃO E DEBATE

- João Mattos e Silva
- In memoriam • LuíS BARATA
- O Regresso do Rei • TERESA MARIA MARTINS DE CARVALHO

8

ENTREVISTA

- A Virgílio Castelo • João TÁVORA

12

A VOZ DAS REAIS ASSOCIAÇÕES

- Real Associação de Braga • XXIII Congresso da Causa Real

16

NOVOS SÓCIOS

- Raul Manuel Seuanes da Silva

17

DESTACÁVEL

- As Batalhas da Toponímia • CARLOS BOBONE

21

JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

- Academia JMP • NUNO DE ALBUQUERQUE GASPAS
- Seis Meses da Nova Equipa JMP Porto • JORGE ARAÚJO

23

NOTICIÁRIO

- Gonçalo Ribeiro Telles – visionário, realista e monárquico
- Lei de Precedências do Protocolo do Estado • Visita dos Duques de Bragança aos Açores • Roteiros Reais da RAL • Real Associação de Lisboa - XXVIII Aniversário • Actividades da Real Associação do Porto • Real Associação do Ribatejo XV Tourada Real em Salvaterra de Magos • Senhor Dom Duarte Pio em Tomar • Real Associação de Viseu - IX Viagem ao País Real • Real Associação de Viana do Castelo - Reais Conversas com... • Outras Actividades das Reais Associações

31

32

BIBLIOTECA

- O Foral do Porto, 1517-2017. Marca de um Rei, Imagem de uma Cidade • VASCO ROSA

34

NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II

JOÃO MATTOS E SILVA IN MEMORIAM

Luís Barata



É habitual falar-se em *monárquicos por tradição* e *monárquicos por convicção*, distinção esta que apesar da falibilidade de todas as classificações similares, tem alguma pertinência.

Falando do João Mattos e Silva, quem o conheceu tem a certeza de ter sido um *monárquico por convicção*, convicção profunda, pensada, e, ao contrário de muitos, traduzida em acção. Desta acção, que se prolongou por meio século, seria difícil ou mesmo impossível abordar neste espaço a respectiva importância em toda a sua extensão, pelo que há que optar por salientar alguns dos passos mais importantes, deixando a outros a avaliação mais inteira do legado deste nosso ilustre correligionário.

Foi ainda na sua juventude que o JMS se envolveu nas lides monárquicas, aderindo e depois liderando a Juventude da Causa Monárquica, numa época em que a militância monárquica poderia implicar, e implicou para alguns, incómodos pessoais e familiares. Incómodos estes que surgiam facilmente logo que ultrapassados os limites fixados aos monárquicos pelo Estado Novo. Incómodos estes que o JMS também vivenciou, mas facilmente superou com a resiliência e optimismo próprios da idade.

Essencial lembrar também o papel muito relevante do JMS na transição da Causa Monárquica para a Causa Real, verdadeira refundação do movimento monárquico português na sua feição mais estruturada; um processo não isento de escolhos, mas que se revelou o mais acertado para revitalizar a militância monárquica em Portugal após as profundas transformações sociais vividas após a Revolução de 1974. Foi este um desafio bem-sucedido, pois que ainda hoje a Causa Real é o maior movimento monárquico português, implantado em todo o território nacional e na diáspora. É, assim, de toda a justiça lembrar o João Mattos e Silva como primeiro presidente eleito da Causa Real.

Ultrapassados os 70 anos, entendeu o JMS deixar todos os cargos associativos, mas ainda assim não se afastou por completo da vida da RAL e do monarquismo português: continuou a marcar presença nas assembleias gerais, nos eventos políticos e culturais, e até nas redes sociais. Disponível até ao fim para partilhar a sua imensa e riquíssima experiência de vida e a longa e profícua militância monárquica.

Por fim, não se pode falar do percurso monárquico do JMS sem falar da Real Associação de Lisboa, de que foi associado desde a primeira hora e que muito lhe deve.

Mercê de convulsões internas que aqui não interessa nem importa lembrar, foi no período mais dramático da sua existência que a RAL contou com a intervenção decisiva do JMS. Precisa que era uma nova liderança, soube o JMS rodear-se de gente nova e menos nova, de variadas formações e proveniências, formando um elenco directivo cujo programa convenceu e conquistou os demais associados. Foi decisivo o mandato do JMS como Presidente da Direcção, já que foi nele que a RAL se reergueu e renovou, abrindo-se ainda mais à comunidade e não apenas “aos de sempre”. Nasceram ou consolidaram-se os primeiros núcleos locais, celebraram-se os primeiros protocolos com outras instituições, renovou-se a sede da Rua do Carrião.

Poderia o JMS, e ninguém sequer o criticaria, louvar-se no dever cumprido e deixar inteiramente a outros a condução dos destinos da RAL. Não foi assim, não surpreendendo quem o conheceu. Aceitou ficar como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, cargo que desempenhou também exemplarmente com o rigor e frontalidade que eram tão seus.

Ultrapassados os 70 anos, entendeu o JMS deixar todos os cargos associativos, mas ainda assim não se afastou por completo da vida da RAL e do monarquismo português: continuou a marcar presença nas assembleias gerais, nos eventos políticos e culturais, e até nas redes sociais. Disponível até ao fim para partilhar a sua imensa e riquíssima experiência de vida e a longa e profícua militância monárquica.

Um dos nossos maiores, costumamos dizer, é no caso do João Mattos e Silva um justo epitáfio.

O REGRESSO DO REI

Teresa Maria Martins de Carvalho
(1928 – 2017)

Com este último filme, completou-se a trilogia épica do «Senhor dos Anéis». Sabemos que, depois de exibida, continuará a acontecer em DVD, para encanto e distração de famílias saudosas, mas, apesar disso, nasce e permanece secreta melancolia, inerente aos finais das grandes proezas, não se decidindo donde decorre, se do facto, simples e infantil, de não haver mais história para contar que subjuguem e entretinha, se do acordar súbito para outra realidade muito menos entusiasmante.

Os mitos não são de leitura fácil e imediata e enquanto o encadeamento febril dos acontecimentos e a beleza extrema dos cenários perduram na memória, vai começando a dissipar-se o enleio estético e a impor-se à consciência o exercício quase mecânico de encontrar situações reais ou sonhos acalentados que se possam encaixar nesta *never ending story*.

Há quem veja na aventura do corajoso e fiel Frodo uma alusão directa à missão de Jesus Cristo que, arrastando-se na sua Paixão, consegue, com a colaboração de alguns dos seus habitantes, trazer finalmente a paz à Terra Média. Frodo até acaba por escapar à condição humana da morte, embarcando com Gandalf no navio que conduz à eternidade. Já não pertencia a este mundo.

Tal interpretação até condiz com o conhecido e intenso catolicismo de Tolkien, mas como não sabemos que ideia conduziu realmente a sua imaginação, pois não nos deixou chaves nenhuma, o mito que ele criou também nos pertence e é nossa liberdade de o querermos ler ao nosso jeito. **Exactamente porque é investida pelo povo, a monarquia é frágil.**

A salvação da Terra Média joga-se – e isso é evidente – na destruição do poder absoluto, totalitário que a ameaça. Realiza-se através da generosidade, da fidelidade, da coragem, do esforço e do espírito de sacrifício do pequeno povo, personificado pelo *hobbit* Frodo e seus amigos. Nessa caminhada, cega e teimosa, desenha-se a mesma procura, a mesma busca de algo, seja do Graal ou do Preste João, que contrarie a imobilidade sem esperança e aponte para caminhos misteriosos de sonho e ultrapassagem do viver humano.



N.R.: Artigo publicado originalmente no blog “Lusitana Antiga Liberdade” em 17 de Março de 2004 por Teresa Maria Martins de Carvalho (Sócia nº 698), que nos deixou em Abril passado aos 88 anos. Militante monárquica desde muito jovem, colaborou mais tarde na fundação do P.P.M.

partido pelo qual foi deputada municipal em Lisboa no início da década de 80.

Nesta belíssima metáfora, minuciosa e divertida, que é a Terra Média, onde convivem, com naturalidade, *hobbits*, elfos, anões e o mágico Gandalf, aceitando-se mutuamente nas suas diferenças, só o aparecimento do homem – de princípio encapuçado, escondido, friorento – irá desencadear a vocação da irmandade para a difícil tarefa de, através da eliminação do terceiro anel, ou seja do poder do mal então imperante, alcançar a conquista da pacificação.

Esse poder monstruoso, de alianças tenebrosas, parecia indestrutível se não fosse, ao lado de Frodo, dar-se a transformação do homem, adquirindo ele a sua expressão real, a herança que recebe do seu nome, Aragorn. É uma herança de sangue, essa, que irá, através dele, reunir, numa identificação de destino, os povos da Terra Média, ameaçados pelo medo e pela dispersão.

Nesta saga, não é o rei que se impõe ao povo mas é a gente da Terra Média que o impõe a ele próprio. Não é uma tomada de preeminência, orgulhosa e auto-satisfeita, mas o reconhecimento do dever que nasce da situação e a que ele não pode renunciar, porque lhe é indicado, conferido para a salvação de todos. Recupera para as suas mãos o seu destino mas que é um destino comum e é porque é comum que esse destino é o seu.

Mas a colaboração do povo pequeno é imprescindível, tanto que, no final do filme, são os *hobbits* que recebem a grande ovação de gratidão e louvor, por indicação do próprio rei.

Não sei se o escritor (e no caso o realizador do filme) estaria de acordo com esta extravagante explicação mas a mim muito me calha aqui, para iniciar uma meditação sobre a fragilidade da monarquia, tema que há muito me rói o pensamento.

Exactamente porque é investida pelo povo, a monarquia é frágil. Com isto não quero significar que esteja em desacordo com as inteligentes deduções que sempre conduzem à fatal escolha da monarquia como a chefia de Estado mais lógica, tanto nos aspectos económicos e estéticos, como na aceitação de uma dinastia que traz consigo a herança e a garantia da história, tese racionalmente indestrutível.



Nos seus estudos e descobertas, o controverso e fascinante antropólogo René Girard, quando depara com o gesto primitivo que executa a vítima escolhida para pacificar a multidão que se destrói a si mesma no desenrolar da violência mútua, vê que essa escolha nunca é arbitrária, como se julga acontecer na tragédia do linchamento, forma moderna dessa execução. A escolha obedece a supostos sinais incriminatórios, visíveis na diferença, física ou moral, da vítima a abater,

investida por isso e para isso pela multidão infeliz e enraivecida que assim encontrou quem era culpado da desgraça.

Assim é na morte do Rei, quando é violenta e ofensiva. Pouco tem a ver com disputas de poder, embora possa encobrir conspirações e manipulações oportunas. Assenta na inversão súbita de valores que aponta, como vítima perfeita, aquele que mais se diferencia na multidão anónima.

O regicídio faz saltar as garantias dadas, de parte a parte, pelo investimento sentimental e fiel do povo no Rei, ferindo, do mesmo modo, a instituição real, como muito bem sabem os seus adversários e inimigos. Provoca, ao mesmo tempo, um vazio emocional, um choque desestabilizador, mostrando o Rei assassinado na sua fragilidade de ser humano.

Não é visível, na monarquia portuguesa, a unção real, embora existam testemunhos escritos de que essa unção se dava em restritos círculos clericais. A eleição do Rei era normalmente feita por aclamação em Cortes.

O regicídio faz saltar as garantias dadas, de parte a parte, pelo investimento sentimental e fiel do povo no Rei, ferindo, do mesmo modo, a instituição real, como muito bem sabem os seus adversários e inimigos. Provoca, ao mesmo tempo, um vazio emocional, um choque desestabilizador, mostrando o Rei assassinado na sua fragilidade de ser humano. Foi exorcismo inútil, portanto. E uma ofensa profunda à fidelidade popular que se vê enganada a si própria, num equívoco aterrador.

Ninguém diz da mesma maneira “Mataram o Presidente!” ou “Mataram o Rei!” O presidente da República é negociável. O Rei morre com o povo que nele morre, no mesmo segundo.

Mas a instituição real não acaba. É mesmo da sua essência não acabar. A Dinastia é a árvore do Reino. Abate-se a árvore mas ficam as raízes. Há sempre um herdeiro que renova a esperança e poderá regressar. E isto é perfeitamente legível neste último filme da trilogia do «Senhor dos Anéis» que se intitula exemplarmente «O Regresso do Rei». É tão entusiasmante! Lá vem ele, a impor-se à desordem maléfica e a tornar alcançáveis a esperança e a salvação. Como diz o Salmo: “Ó herói, coloca a tua espada à cintura; ela é o teu adorno e a tua glória. Avança e cavalga triunfante, em defesa da verdade, da misericórdia e da justiça; a tua direita realizará prodígios (Salmo 45, 4-5).

Quando os israelitas pediram ao profeta Samuel: “Dá-nos um rei”, o profeta ungiu, como escolhido do Senhor, primeiro a Saul e depois a David. O sistema teocrático não ficou assim diminuído porque ao Rei foi dada a unção que o tornava sagrado, vigário de Deus, intermediário e depositário do poder divino, intrometendo-se como vigia do Senhor, como seu representante inviolável. Assim, Deus governa Israel por interposta pessoa, o seu ungido. Aqui é conferido ao Rei o poder religioso, acrescentando-se ao seu poder intrínseco a aura religiosa que o legitima mais profundamente e que tornará sacrilégio o atentado à sua vida. Quando David teve à sua mercê Saul adormecido e era incitado a matá-lo, respondeu indignado: “Quem poderia, sem pecado, estender a mão contra o ungido do Senhor” (1 Sm

26, 9). Na Idade Média, esta sagração continuou a usar-se em quase todos os países da Cristandade. E os Reis, depois da unção, adquiriam o poder de curar e à volta destes reis taumaturgos se apinhava a multidão dos afligidos para serem tocados e sanados.

Não é visível, na monarquia portuguesa, a unção real, embora existam testemunhos escritos de que essa unção se dava em restritos círculos clericais. A eleição do Rei era normalmente feita por aclamação em Cortes. A nossa monarquia era profundamente cristã. Sem apoio religioso, a monarquia portuguesa dependia do coração do povo.

Já não se usa matar o Rei. Carlos I de Inglaterra, Luís XVI de França, El-Rei D. Carlos, o Arquiduque Fernando, herdeiro do trono austríaco, o czar Nicolau II da Rússia serão heróis escusados, mártires para nada? Nem com o tempo saram as feridas da consciência, ensombrando a memória.

Para que se saiba, depois de readquirida a sua liberdade, a Igreja Ortodoxa Russa, canonizou como mártires o último czar e os seus familiares com ele barbaramente fuzilados.

Já não se usa matar o Rei. Carlos I de Inglaterra, Luís XVI de França, El-Rei D. Carlos, o Arquiduque Fernando, herdeiro do trono austríaco, o czar Nicolau II da Rússia serão heróis escusados, mártires para nada? Nem com o tempo saram as feridas da consciência, ensombrando a memória.

A Academia de Hollywood distinguiu o filme de Jackson com todos os Óscares (11 !) nas categorias para que tinha sido nomeado. Um recorde. Os dois filmes anteriores a este, a saber «A Irmandade do Anel» e «As duas Torres» não levaram nada nos concursos em que apareceram. Só este, «O Regresso do Rei», foi assim tão profusamente premiado.

Mas, os nossos miríficos fazedores de opinião, que dominam os meios de comunicação social, insistem em dizer que foi «O Senhor dos Anéis» que recebeu tanto prémio. Não foi. Foi «O Regresso do Rei». Dir-se-ia que certo resquício jacobino flutua no ambiente e impede que alguém pronuncie ou sequer sussurre: «O Regresso do Rei». Parece que lhes queima a boca.

Daqui e Dali

“Quando é vedado aos homens honrar o seu Rei, passam antes a honrar milionários, atletas ou estrelas de cinema; e até prostitutas famosas e bandidos. Pois o espírito, tal como o corpo, carece de alimento; neguem-lhe comida e ele devorará veneno.”

C. S. Lewis

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 3

e são quem, em Congresso, elegeram no tempo oportuno este novo modelo e elegeram as diferentes Comissões Executivas da Direcção, com quem partilham e em quem confiam a coordenação política, organizacional e institucional da Causa Real.

Somos todos Causa Real e, se este sentimento foi querido e assumido por todos os dirigentes, também o deve ser por todos os associados do Norte ao Sul do País, do Continente às Regiões Autónomas, ou até às Reais Associações constituídas no exterior.

Somos todos Causa Real! E é em nome dela que as Reais Associações actuam nas suas regiões, concretizando a estratégia organizacional

e política aprovadas por todos. Os associados inscritos através das Reais, são associados da Causa Real que com eles quer colectivamente comunicar, estimular e convocar para o desiderato maior de restaurar a Monarquia em Portugal.

Somos todos Causa Real e devemos ser claros neste entendimento e compromisso. Tão claros, quanto somos a desmitificar que o PPM nada representa e que a Instituição Real Portuguesa é uma só e ninguém se deve enganar com cânticos de sereias ou de fadistas.

Esta Causa Real que é de todos e a quem todos se ligam – começa simbolicamente neste nº do Correio Real

a assumir a sua distribuição a todos os associados. Numa base de dados única a que corresponderá o mesmo cartão de associado que identifica, claro, a Real Associação mais próxima de cada um, independentemente dos motivos. Mas que a todos filia na Causa Real!

E será assim que, através da Causa que somos, alargaremos esta acção unitária a todo o País. Transformando, com a ajuda de todas as Reais, iniciativas regionais em nacionais – ou simplesmente articulando e dando coerência e eficácia às acções regionais desenvolvidas. Para que, no final, se cumpra a unidade de um Movimento que a todos envolve e que a todos deve conjurar e comprometer! Somos todos Causa Real!



ENTREVISTA A

Virgílio Castelo

Coordenada por João Távora

Sou actor desde 1974, autor desde 1972 e pessoa desde 1953. Antes disso já devia existir como alma, mas não consigo chegar tão longe. Actualmente sou assessor da RTP para a Ficção Nacional e continuo a trabalhar como actor. Vou começar os ensaios de uma peça de teatro chamada “O último dia de um condenado” que será um monólogo adaptado de um texto que Victor Hugo escreveu em 1820 para lutar pela abolição da pena de morte, da qual Portugal foi o primeiro país no mundo a libertar-se.

CR: De onde surge a sua simpatia monárquica – até que ponto ela é um legado cultural ou uma convicção política?

Não consigo fazer bem a distinção entre o legado cultural e a convicção política, na medida em que considero que a ideia de monarquia como regime, é uma profunda convicção cultural dos portugueses, mesmo daqueles que não se dão conta disso. Isto porque me parece que os portugueses dão, na sua atitude política quotidiana, muito mais sinais de preferirem um regime monárquico, do que aquilo que o seu discurso oficial deixa transparecer. Mas isso é matéria para uma discussão mais profunda. No meu caso é objectivamente uma convicção política que se impôs à minha consciência, depois de muita ponderação, observação, estudo, e reflexão. No dia em que a monarquia se tornou uma evidência para o meu pensamento político, não fiz mais do que trazer ao de cima uma tradição cultural milenar que tem muito mais respostas do que perguntas.

CR: Tem uma vida construída a pulso: no ministério das finanças, trabalhou nas obras, serviu às mesas, foi bolseiro da Gulbenkian a estudar representação em Estrasburgo fundou o Grupo de Teatro Adoque, conquistou a televisão. De onde lhe vem essa força toda?

Não sei se lhe posso chamar força. O Camões dizia que “a necessidade aguça o engenho” e eu nasci numa família onde a necessidade determinava tudo em volta. Desde criança que percebi que pouca coisa me seria facilitada e aprendi rapidamente que teria de saber antecipar problemas de modo a tentar resolvê-los antes que se tornassem insolúveis. Tem sido esse o lema da minha vida: tentar olhar o horizonte antes das nuvens chegarem. Umás vezes consegui afastar-me das tempestades, outras não, e levei com o temporal todo em cima. Mas continuo a olhar sempre para mais longe.

CR: A visão futurista de Portugal, que arquitectou no romance O Último Navegador, era o destino ideal que sonhava para o nosso país?

Sim. Independentemente do romance, acho que a solução para Portugal seria a eleição democrática de um novo Rei para dar início à 5ª Dinastia e não à continuação da 4ª e como objectivo mobilizador no curto prazo, a construção de raiz de uma nova capital, totalmente informatizada com domótica e robótica, no centro geográfico do território continental.

CR: Como vê o papel das actuais monarquias no mundo?

Não conheço bem a importância das monarquias fora da Europa. No caso europeu está à vista até que ponto o sistema monárquico serve de anteparo natural, por via da ancestralidade, à dimensão volátil (mas necessária e essencial) dos processos eleitorais periódicos.

CR: A que razões atribui a incapacidade de um país antigo e europeu como Portugal na manutenção de monarquia?

Essa é uma matéria difícil e delicada que terá muitas respostas possíveis. Deixo apenas algumas pistas: excesso de ligação da igreja católica ao absolutismo, excesso de poder não assumido da



maçonaria, relaxe na observação dos códigos de honra de nobreza em favor do aburguesamento e enriquecimento à custa do Estado, dissolução dos princípios da ética na defesa dos ideais colectivos, abandono da ideia de desígnio comum em favor do objectivo individual, transformação da ideia de obrigação abnegada da defesa dos mais fracos, em mera solidariedade anónima, ou caridade individualizada, etc.

CR: Que ideia tem do movimento monárquico em Portugal e do seu papel no apoio à instituição real, a Casa Real Portuguesa?

Peço imensa desculpa, mas conheço pouco o movimento e o seu papel na sociedade portuguesa.

CR: Como podemos envolver o meio cultural e artístico e os seus protagonistas no movimento monárquico português?

Julgo que qualquer envolvimento, de qualquer sector da nossa sociedade, na ideia da bondade do regresso da monarquia a Portugal, só poderá ser conseguido perante factos. O único facto que



Desde criança que percebi que pouca coisa me seria facilitada e aprendi rapidamente que teria de saber antecipar problemas de modo a tentar resolvê-los antes que se tornassem insolúveis.

me parece susceptível de criar uma discussão fecunda sobre este assunto, será o Chefe da Casa Real apresentar-se a eleições com um programa de restauração da monarquia.

CR: Nunca temeu comprometer a sua popularidade por se declarar publicamente monárquico?

A popularidade ou falta dela é sempre uma consequência de escolhas anteriores. Quando decidi ser actor não me preocupei um segundo sequer sobre qual viria a ser o grau de reconhecimento público que me estaria reservado. Depois disso, todas as decisões que fui tomando ao longo da vida, tiveram sempre como elemento estruturante as convicções.

CR: Como está a correr o seu desafio na RTP e a viver os actuais desafios profissionais?

É um desafio difícil, mas que vai ganhando pilares, a pouco e pouco. Na verdade, há um pecado original no mercado televisivo português: nunca houve espaço publicitário para três canais, daí a degradação constante das programações ao longo dos anos e a consequente uniformização de padrões, derivados maioritariamente das televisões do terceiro mundo, em especial da América Latina. Ajudar a fazer regressar a RTP à matriz de televisão europeia que já teve, é o projecto de trabalho mais difícil em que já me envolvi.

No caso europeu está à vista até que ponto o sistema monárquico serve de anteparo natural, por via da ancestralidade, à dimensão volátil (mas necessária e essencial) dos processos eleitorais periódicos.

CR: Nesta era dos media sociais, dos canais temáticos e do pagar para ver, como vê o futuro da televisão e da produção audiovisual?

O futuro da televisão estará cada vez mais dependente da evolução tecnológica das plataformas de exibição. Como é que os espectadores vão querer ver conteúdos no futuro ainda é uma incógnita, mas há uma certeza que tenho como convicção profundíssima: as pessoas vão continuar a querer ver e ouvir contar histórias. Portanto julgo que o futuro da produção audiovisual nacional e internacional será risonho.

CR: Observando o seu curriculum é evidente o seu gosto pelo teatro. O seu percurso pela televisão e pelo cinema foi mais uma preferência ou



necessidade? Gostaria de voltar aos palcos?

Estou sempre a voltar aos palcos. Na verdade sinto que nunca saí. Quando olho para o número de peças que fiz em 43 anos de profissão, às vezes pergunto-me como é que foi possível. Mas depois percebo a razão: o teatro para mim é oxigénio puro. A televisão e o cinema nunca foram apenas necessidades, mas sim um outro tipo de paixão. Uma paixão onde o público é filtrado pelas máquinas. E eu preciso do público para respirar. E público só no teatro. Nenhuma tecnologia mirabolante, no futuro mais longínquo, poderá acabar com essa magia ancestral: o actor e o público.

CR: A Causa Real tem em curso uma petição para a inclusão do Chefe da Casa Real Portuguesa no Protocolo de Estado, como era uso até ao mandato de Jorge Sampaio. Como entende este nosso propósito? Está disponível para subscrevê-lo?

Ajudar a fazer regressar a RTP à matriz de televisão europeia que já teve, é o projecto de trabalho mais difícil em que já me envolvi.

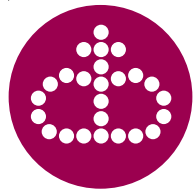
Eu preciso do público para respirar. E público só no teatro. Nenhuma tecnologia mirabolante, no futuro mais longínquo, poderá acabar com essa magia ancestral: o actor e o público.

Já subscrevi a petição. Mas como dizia o Prof. Adelino Maltez, não será isso uma submissão da Casa Real Portuguesa à República? Talvez sejam “Guerras de Alecrim e Manjerona”. Não seria de pensar em ousar ir por mares nunca dantes navegados?

Daqui e Dali

“A tradição e a cultura (língua e obras) são os alicerces duma nação corporizada por um povo que a herda, administra e projecta para o futuro. O príncipe, como primus inter pares, encarna os desejos e expectativas da comunidade que representa e de que procede.”

João Távora



REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

A Real Associação de Braga foi fundada no dia 5 de Dezembro de 1990 e os seus actuais estatutos foram aprovados em Assembleia Geral em Abril de 2014.

Actualmente, os seus órgãos sociais são compostos pelos seguintes elementos:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: António Carlos Brochado Pedras

Vice-Presidente: Francisco Rodrigo de Menezes e Alvim

Secretário: Nuno Augusto Alcoforado de Faria Roby.

Direcção:

Presidente: Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro

Vice-Presidente: Gabriela do Carmo Gonçalves Araújo Gomes Sequeira

Secretário: Francisco Maria da Silva Peixoto,

Tesoureiro: João Maria de Magalhães Mexia Monteiro da Rocha

Vogal: Luis Miguel Martins Sequeira

Vogal (suplente): Maria José Fernandes Pinto Cardoso.

Conselho Fiscal:

Presidente: Luis Teixeira e Melo

Vice-Presidente: Pedro Pacheco Pereira de Faria Roby

Relator: Bernardo Lobo Xavier.

A Real Associação de Braga tem como implantação territorial a correspondência com o distrito de Braga, representando todos os concelhos que o integram. Existem vários núcleos informais com

os quais a Real Associação se relaciona, sendo a implantação dos seus associados mais concentrada nos concelhos de Braga e de Guimarães, seguido de Vila Nova de Famalicão e de Barcelos.

Desde a sua fundação que a Real Associação de Braga tem uma actividade muito intensa, com intervenção nas esferas política, cultural, cívica e social, uma vasta publicação literária e diversa intervenção em eventos de promoção do ideal monárquico.

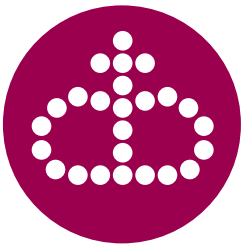


A colaboração com os municípios do distrito, assim como com outras entidades oficiais, tem sido uma marca constante desta Real Associação, sendo chamada a colaborar em diversas actividades promovidas por estes e vice-versa.

A Real Associação de Braga integra muito bem o seu papel regional e local com a colaboração e realização de parcerias, em especial com as Reais Associações de Viana do Castelo e do Porto, organizando com estas diversos eventos e actividades conjuntas.

Tem também uma excelente relação com a imprensa regional, em especial com os dois diários mais importantes da região, o Diário do Minho e o Correio do Minho, que publicam com assiduidade notícias da nossa Real Associação. A Rádio Universitária do Minho – RUM e a TV do Minho, são outros dois canais de comunicação com os quais se mantem uma excelente relação.





A Real Associação de Braga participa e realiza vários eventos ligados a datas marcantes do movimento monárquico e de Portugal, cumprindo o seu dever de manter a memória colectiva viva, sem nunca esquecer que o movimento monárquico necessita de se rejuvenescer. Assim, a Real Associação de Braga tem como objectivo, não só manter o ideal monárquico forte e activo, mas também o de captar novos apoiantes para o movimento.

Gonçalo Pimenta de Castro

Daqui e Dali

“A Família Real sempre esteve ao serviço de Portugal e dos Portugueses. A nossa vida é marcada pelo serviço e disponibilidade para o bem comum, para a comunidade, para a promoção de Portugal, a defesa dos nossos verdadeiros valores e da nossa identidade.”

S. A. R. a Senhora Dona Isabel de Bragança, Rainha dos Portugueses na Real Gazeta do Alto Minho n° 13



LOJA ONLINE
www.reallisboa.pt

Estes e outros produtos à sua espera em www.reallisboa.pt ou pelo telefone 213 428 115



7.50€

T-shirt



10€

T-shirt



Bandeira
(100x70cm)

17.50€



3€

Autocolante



18€

Livro - Por que sou Monárquico



8€

Porta-chaves



5€

Autocolante



15€

Guarda-chuva dobrável



10€

Panamá



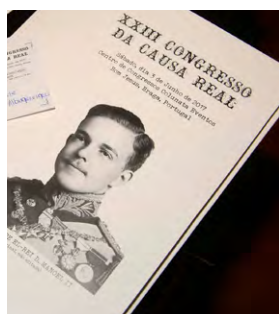
7€

Pin

Vinho Real Real

Tinto	6€
Branco	6€
Tinto Reserva	13€
Pack 3 Vinhos	25€

XXIII CONGRESSO DA CAUSA REAL



No dia 3 de Junho de 2017 decorreu na cidade de Braga, capital de distrito e da região do Minho, o 23º Congresso da Causa Real, com a participação de representantes das Reais Associações abrangendo o território continental e ilhas, assim como observadores e convidados.

Os trabalhos começaram de manhã, no Colunata Eventos, dentro do monumental Santuário do Bom Jesus do Monte, com uma belíssima vista panorâmica sobre a cidade.



Foi apresentado pela direcção da Causa Real o relatório de actividades e contas relativo ao ano de 2016, que foi discutido e aprovado, tendo também sido discutida e aprovada uma proposta de alteração de estatutos apresentada pela comissão executiva da direcção nacional. Foram ainda por esta revelados o ponto de situação relativamente à petição para inclusão do Duque de Bragança no

protocolo de Estado e as actividades planeadas para o futuro, incluindo o funcionamento do novo cartão de sócio.

No período da tarde decorreu uma conferência sob o tema “Utilidade para Portugal da institucionalização do papel representativo da Casa Real Portuguesa”, presidida por António Souza-Cardoso, presidente da Causa Real e moderada por Tomás Moreira, vice-presidente da Causa Real, com a participação de Nuno Melo, eurodeputado, Ascenso Simões, deputado pelo PS e Paulo Teixeira Pinto, antigo presidente da Causa Real.

A conferência teve uma excelente assistência, que participou de forma enérgica e pertinente, podendo os momentos mais significativos ser vistos no canal monarquia.tv no YouTube.



No final da tarde, na Sé Catedral de Braga, realizou-se a investidura de S.A.R. o Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira, na Real Confraria de Santa Maria de Braga, contando com a presença de SS.AA. RR. os Duques de Bragança. À magnífica cerimónia assistiram inúmeros populares, assim como todas



as autoridades civis, militares e religiosas representativas do concelho de Braga e várias do distrito, da região e de pendor nacional.

O jantar de encerramento do Congresso da Causa Real, com a presença de SS.AA.RR. os Duques de Bragança, decorreu mais uma vez no Colunata Eventos, com uma participação bastante expressiva, incluindo representantes da Câmara Municipal de Braga, como o vereador Miguel Bandeira em representação do presidente do município e a presidente da Assembleia Municipal de Braga, Hortense Santos, bem como representantes de

outros municípios do distrito de Braga e de outras organizações com as quais a Real Associação de Braga tem vindo a colaborar e trabalhar ao longo dos seus 27 anos de existência.

Os Duques de Bragança foram presenteados com várias lembranças, como a imagem de Nossa Senhora de Braga, oferta do presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, a S.A.R. a Senhora Dona Isabel, e uma pintura original do artista bracarense Bruno Guedes, oferta da direcção da Real Associação de Braga a S.A.R. O Senhor Dom Duarte. A noite encerrou com a “Festa Azul e Branca”, organizada pela Juventude Monárquica Portuguesa no espaço de diversão nocturna Bô Zen em Braga.



No dia seguinte, no Clube de Caçadores de Braga, decorreu o 1º Torneio de tiro ao prato com arma de caça – Príncipe da Beira, que contou com mais de uma dezena de participantes, tendo os primeiros classificados, Nuno Teixeira de Melo, António Souza-Cardoso e Gonçalo Pimenta de Castro recebido os prémios das mãos de S.A.R. o Senhor Dom Duarte.

No mesmo dia, o Duque de Bragança, a convite do presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, António Cardoso, visitou a Agro-Vieira, feira de agricultura de Vieira do Minho.

FOTOGRAFIAS GENTILMENTE CEDIDAS POR ©NUNO DE ALBUQUERQUE GASPAR



Daqui e Dali

“A monarquia parlamentar cumpre uma função que está fora do alcance de um presidente eleito. Restringe, formalmente, a ânsia de poder dos políticos porque ocupa, de forma definitiva, o cargo supremo do Estado.”

Max Weber



NOME: Raul Manuel Seuanes da Silva

IDADE: 41 anos

NACIONALIDADE: Português

OCUPAÇÃO: CEO Shira Group International

CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?

Acredito que necessitamos da Causa Real para promover a História Real Portuguesa, com uma profunda renovação da visão portuguesa, livre das pressões ideológicas e partidárias e dos interesses financeiros dos mais fortes e que defenda os valores do humanismo, da solidariedade e da liberdade em nosso País.

CR: Residindo na Holanda, que benefícios antevê para um Portugal monárquico?

A Holanda é uma monarquia constitucional e isso significa que a posição do rei é estabelecida na Constituição. A Constituição afirma que o rei forma o governo em conjunto com os ministros e que o rei é o chefe de Estado dos Países Baixos.

Olhando para a Holanda, vemos muitos desenvolvimentos positivos. Mais pessoas têm um emprego. Mais pessoas compram casa. Os empresários investem mais. E depois de um ano difícil, vemos uma economia próspera e um cofre do tesouro saudável. Portanto, é importante e acredito num *Portugal monárquico* onde as pessoas beneficiem da prosperidade económica, da solidariedade e do humanismo.

CR – Quais os principais desafios do Portugal dos nossos dias?

1. Segurança e imigração dentro e fora da Europa

A livre circulação de cidadãos europeus dentro dos 28, tal como é conhecida até agora, pode mudar

em 2018. Os actos terroristas em França, Espanha, Inglaterra e Alemanha fizeram acelerar um processo que já se previa turbulento este ano em relação ao controlo da imigração e da segurança na Europa.

Numa sociedade aberta e internacionalmente orientada, como a nossa, no exterior é sempre um factor influente. A tendência dos últimos anos é infelizmente que a instabilidade internacional com o terrorismo está aumentando. Parece ser uma tendência que fortalece e que afecta, directa e indirectamente, a vida das pessoas.

2. Eleições em Portugal e nos parceiros europeus

Embora a crise não tenha levado ao aparecimento de partido eurocépticos em Portugal, uma possível viragem à esquerda nas eleições pode levar a que o país deixe de manter o comportamento de bom aluno e alivie as medidas de austeridade.

3. A união da energia

Em 2015, a UE quis ser menos dependente de países terceiros no que diz respeito à energia e para isso pretende lançar uma união energética até ao fim do ano. O esboço foi apresentado pela Comissão Europeia e o objectivo é que os 28 complementem entre si as lacunas energéticas possíveis em vez de estarem à mercê da Rússia e das oscilações dos preços dos combustíveis. Portugal posiciona-se assim como um dos países que pode ser mais beneficiado, não só para produzir mais, mas acima de tudo para estar mais ligado à Europa Central e assim escoar a energia que é produzida em território nacional.

CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?

Eu acredito que o entrelaçamento internacional do nosso país é muitas vezes enriquecedor. Os portugueses vão para o exterior em grande escala e estamos mundialmente em contacto através das mídias sociais. E nós merecemos muito mais em troca do que uma simples pancadinha no ombro, e é por isso que vou utilizar os meus contactos e disponibilizar a minha *network* para atingir fins positivos para o nosso movimento.

Sempre com os olhos postos numa sociedade portuguesa internacionalmente conectada, com uma responsabilidade compartilhada em que as famílias, escolas e associações, em suma, todos nós, têm o seu papel próprio e importante para a causa.

Carlos Bobone

AS BATALHAS DA TOPONÍMIA

Qualquer português medianamente instruído hesitará se lhe perguntarem qual foi o momento supremo da nossa história militar. Nos quase nove séculos em que a nação portuguesa combateu árabes e berberes, turcos, persas, holandeses, castelhanos, franceses revolucionários e alemães imperiais, há batalhas para todos os gostos, proezas para todas as imaginações, matéria para grossos tomos de poesia épica. Não será fácil ordenar tanto esforço bélico numa hierarquia que escape à contestação. Mas para aqueles que decidem os nomes das nossas ruas, não é difícil escolher o mais magnífico feito das armas portuguesas. Lancemos os olhos sobre as placas afixadas nas esquinas das cidades.

Primeiro teste: quais os regimentos portugueses homenageados na toponímia de Lisboa? Artilharia 1, Infantaria 16 e 4 de Infantaria. Os dois regimentos que se revoltaram a 5 de Outubro de 1910 e outro que se revoltou contra D. Miguel em 1831 são as únicas unidades militares a que a comissão de toponímia do município de Lisboa reconheceu mérito suficiente para serem celebrados numa rua. Terá sido o 5 de Outubro o dia mais glorioso da nossa história? Não houve, antes e depois, momentos em que as armas portuguesas se assinalaram? As guerras da restauração, as invasões francesas, a primeira guerra mundial, foram apagadas da nossa memória colectiva? Assim o sugere, à primeira vista, a toponímia lisboeta. Em rigor, podemos dizer que com a extensão da cidade outros regimentos vieram a incorporar-se nas ruas de Lisboa: Engenharia um na Pontinha, o Ralis na Portela e Infantaria 7 em Moscavide. Mas estes estão livres da carga ideológica dos anteriores, assinalam só a localização dos ditos regimentos.

Não é só em Lisboa que os tributos da gratidão pública se encontram desproporcionadamente concentrados na memória do republicanismo. Quem viaje pelo país observando os nomes das ruas, convencer-se-á de que as figuras maiores da nossa história são o Dr. Miguel Bombarda, o Almirante Reis, Elias Garcia, Latino Coelho, Heliodoro Salgado, Bernardino Machado, Afonso Costa, França Borges e uma chusma de outras figuras maiores ou menores do republi-

canismo, que por toda a parte têm reservados para si os maiores e mais nobres espaços públicos.

Esmagam outras notabilidades históricas, não só pelo número mas também pela centralidade e extensão das artérias que os homenageiam. Não só a avenidas estão associados os caudilhos republicanos: também ruas, travessas, largos, praças, calçadas — e até becos — receberam os prestigiosos nomes dos Miguéis Bombardas e dos Almirantes Reis, mas por regra essas pequenas artérias ficam ao lado de outras, mais imponentes, que celebram as mesmas sumidades. Em Lisboa existe uma pequena rua Cândido dos Reis, porque o patrono desta artéria já se encontra homenageado na grande avenida com o seu nome. Em Portalegre o Beco da Rua Cândido dos Reis conduz à rua do mesmo nome, e o mesmo se passa com o Beco da Rua França Borges. Em Tavira, Figueira da Foz e Portalegre, travessas Doutor Miguel Bombarda conduzem a ruas homónimas.

É evidente que esta enchente de nomes inspirados no hagiológico republicano tem o significado de uma ofensiva ideológica bem planeada, que não encontrou oposição nem movimento equiparável do lado adverso.

Essa hierarquia de valores que nos é diariamente proposta, também domina as datas históricas. Para não nos reduzirmos ao ambiente da capital, pode



servir-nos de guia o bem documentado livro de Fernando Carita Portalegre, *a cidade e a sua toponímia*, que nos dá a conhecer as datas históricas imortalizadas na cidade norte-alentejana. São elas: Praceta 1.º de Dezembro – comemora a restauração da independência em 1640; Rua 31 de Janeiro — comemora a revolta republicana do Porto, em 1891; Largo 28 de Janeiro — comemora a tentativa de golpe de estado revolucionário para derrubar a monarquia, em 1908; Rua 19 de Junho – lembra que em 1911 reuniu pela primeira vez a Assembleia Nacional Constituinte republicana; Rua 15 de Maio – assinala a indigitação, em 1915, do primeiro governo após a chamada ditadura de Pimenta de Castro; Rua 25 de Abril — comemora a revolução de 1974.

Por esta amostra se verifica que na mente dos autarcas portalegrenses as glórias do nosso país estão quase totalmente identificadas com republicanismo.

Das seis ruas que celebram datas históricas, quatro lançam luz sobre a epopeia republicana, e aquela que para qualquer olhar distanciado seria a mais digna de atenção, o 1.º de Dezembro, não lhes mereceu mais do que uma praceta.

A consciência da vigorosa mensagem que pode ser passada nas homenagens públicas sempre acompanhou a propaganda republicana e é sinal de maturidade no combate ideológico.

Os técnicos da propaganda política reconhecem que a melhor maneira de combater uma ideia consiste em atacar aqueles que a defendem e, inversamente, o melhor apoio que se pode dar a uma doutrina ou a um ideal consiste na exaltação dos seus paladinos. E se há homenagens públicas altamente vistosas, como festas, comícios e estátuas, a fixação do nome de alguém numa rua é um trabalho ideológico discreto mas insistente, que martela as consciências, insinuando a todas as horas a memória do finado. Os habitantes dessa rua recebem boas ou más notícias, convites, intimações, multas, publicidade, e tudo isso passa quase sem se dar pela intrusão de uma companhia para todas as ocasiões.

O poder de persuasão da toponímia tornou-se um dado político desde a instalação da monarquia liberal. Se o republicanismo logo se apropriou dos nomes de ruas com desenfreado furor, não teve, no entanto, o exclusivo da catequese ideológica na toponímia nacional. O Estado Novo, ao longo de quarenta anos, infiltrou nas nossas memórias uma

consistente homenagem a momentos grandiosos da expansão portuguesa, da qual pretendia ser o fiel herdeiro. Subordinou boa parte dos novos bairros à exaltação dos «obreiros do império», de navegadores a descobridores (mesmo os menos conhecidos), de governadores e vice-reis a santos e missionários, viajantes solitários e bandeirantes, até exploradores do sertão africano e militares que debelaram revoltas indígenas. Para acentuar a unidade da metrópole com as possessões ultramarinas, espalharam-se desde os anos 30 os bairros com nomes ultramarinos. Em Lisboa criou-se o Bairro das Colónias, cuja praça central é a memória viva das transformações sofridas pela ideologia ultramarina: inicialmente

Praça das Colónias, foi Praça do Ultramar e agora é Praça das Novas Nações. Se ainda se encontram ruas dedicadas a monárquicos de primeiro plano como Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Azevedo Coutinho, foi o Es-

tado Novo, com a sua veneração pelos construtores do império, que os subtraiu ao banimento. Nos anos 60 a guerra em África promoveu um fervor imperial, com cidades ultramarinas em novos topónimos. Nasceu o lisboeta bairro dos Olivais, onde o lado sul foi consagrado a cidades coloniais e o lado norte a oficiais e sargentos mortos em combate desde 1961.

O Estado Novo não apagou a supremacia absoluta do republicanismo sobre todos os outros momentos da história portuguesa. Figuras verdadeiramente grandes não se encontram ausentes da nossa toponímia, mas por todo o país, e sobretudo nas redes urbanas, Nun'Álvares, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama e Dom João de Castro encontram a incororosa concorrência dos Heliodoros Salgados, Elias Garcias, Miguéis Bombardas e Almirantes Reis.

Estes dois últimos vultos do republicanismo, por exemplo, são particularmente caros às comissões de toponímia, que os celebraram em todas as variantes

dos seus nomes. Mas serão eles genuínas glórias do republicanismo? A desmesurada exaltação destes dois republicanos assenta

na sua dupla condição de organizadores — civil (Miguel Bombarda) e militar (Almirante Reis) — do 5 de Outubro e de terem encontrado a morte nos dias da revolução. O momento da morte e as responsabilidades que ambos tiveram no levantamento republicano bastaram para fazer deles «mártires» da revolução. Os novos governantes procuraram difundir as suspeitas de que o assassino de Bombarda fora dirigido pelos jesuítas, ou, quando o não fosse, agira em

Terá sido o 5 de Outubro o dia mais glorioso da nossa história? Não houve, antes e depois, momentos em que as armas portuguesas se assinalaram? As guerras da restauração, as invasões francesas, a primeira guerra mundial, foram apagadas da nossa memória colectiva?

No final, sabe bem descobrir que ainda há freguesias rurais inteiramente isentas da contaminação ideológica e do culto da personalidade.

AS BATALHAS DA TOPONÍMIA

prol de interesses «clericais», enquanto semeavam também dúvidas sobre as condições da morte do almirante, talvez não um suicídio mas um assassinio. Tais dúvidas e suspeitas, apesar de alimentadas nas mais altas esferas republicanas e reproduzidas nos manuais escolares, caíram por si à medida que se foram conhecendo os últimos momentos dos dois homens. O tema do martírio desvaneceu-se, mas o culto deixou marcas que ultrapassam todos os limites do bom senso.

Da prolífica e imoderada veneração tributada às figuras republicanas nascem não poucos engulhos a quem seja pouco versado em subtilezas toponímicas. A Avenida Almirante Reis em Lisboa não deve ser tomada pela rua Cândido dos Reis na mesma cidade. Mal avisado andarà em Queluz quem não saiba distinguir a Avenida José Elias Garcia e a Rua Elias Garcia. Há uma rotunda que as separa, tal como há um «José» que, na Avenida, revela um conhecimento mais íntimo da veneranda figura. A segunda destas artérias corre por uma longa extensão até outra rotunda, que pelo lado oposto encontra a Rua Elias Garcia, de Benfica. Os devotos do fundador do partido republicano podem, pois, fazer uma longa viagem sem nunca abandonarem o seu mentor ideológico... No Barreiro é preciso saber a diferença entre a Rua Miguel Bombarda e a Rua Doutor Miguel Bombarda, a qual também não se deve confundir com a sua homónima mesmo ao lado, no Seixal. E em Paço de Arcos evite-se confundir a Rua Cândido dos Reis com a sua homónima de Oeiras, a poucas centenas de metros de distância. Para se chegar de uma a outra deve-se passar pela Rua Costa Pinto e pela Rua Oeiras do Piauí.

NO PAÍS DOS PACHECOS

Entre as *Cartas de Fradique Mendes*, a mais lida e citada é aquela em que o famoso cosmopolita queirosiano conta a um jornalista francês quem foi esse admirado Pacheco, cuja morte os jornais lamentam como a de um gigante nacional e de cuja obra nada se conhece no estrangeiro. Com fina ironia, o autor de *Os Maias* descreve a fulgurante carreira desse homem que em vida gozou a fama de ter um imenso talento, mas que guardava ciosamente, no seu privilegiado cérebro, aferrolhadas no mais recôndito da sua alma, as produções desse portentoso dote. Dele

citavam-se gestos, expressões, olhares, reveladores do imenso talento desse homem que tinha afirmado ser o século XIX uma era de progresso. O público que festejava a verve de Eça de Queiroz era o mesmo que incessantemente produzia Pachecos, heróis de causas vagas, aos quais tributava as dádivas da mais devota admiração a troco de poucas ou nenhuma manifestações de valor. Se a monarquia liberal foi fértil em Pachecos, a república trouxe um riquíssimo manancial de exemplares dessa espécie, com os quais baptizou despididamente ruas, avenidas, calçadas, praças, largos, travessas e becos. Homens e mulheres que pouco mais produziram do que banais e exaltadas proclamações sobre os presumíveis malefícios da religião e da Companhia de Jesus foram consagrados nos altares da fama póstuma.

O poder de persuasão da toponímia tornou-se um dado político desde a instalação da monarquia liberal. Se o republicanismo se apropriou dos nomes de ruas com desenfreado furor, não teve, no entanto, o exclusivo da catequese ideológica na toponímia nacional.

É natural que um regime queira homenagear quantos pugnam por ele, mas quando se elevam esses nomes a tais alturas que ameaçam encobrir todas as outras figuras históricas, o alcance ideológico da

homenagem perde eficácia. De que serve esculpir na pedra nomes supostamente ilustres, se não se lhes conhecem feitos exaltantes e vidas heróicas que as placas de mármore deviam comemorar? Quem conhece os méritos patrióticos que tornaram Heliodoro Salgado uma das figuras mais encarecidas e festejadas pelas nossas comissões de toponímia?

Os livros dedicados à explicação dos nomes de ruas vão-se multiplicando e por meio deles ficam expostas as biografias que fizeram sobressair do vulgo as figuras homenageadas. Nem sempre, os dados biográficos induzem o leitor a partilhar os entusiasmos dos autarcas. As hagiografias produzidas pelas hostes republicanas suscitam uma leitura crítica que reduz à justa medida essas legiões de beneméritos nacionais.

Franco-Mações Ilustres nas Ruas de Lisboa de Luís Manuel Mateus é o mais completo estudo sobre a presença desta enigmática associação na toponímia da capital portuguesa. Obra exaustiva, recenseia 167 ruas lisboetas com nomes de mações, presumivelmente ilustres. O título da obra implica total confiança no justo critério da comissão de toponímia. Se todos os nomes de ruas são um testemunho da gratidão pública por virtudes excelsas investidas sem descanso no bem comum, será com legítimo orgulho que um dedicado membro da maçonaria



AS BATALHAS DA TOPONÍMIA

expõe aos olhos do público esse impressionante palmarés de uma centena e meia de figuras que se ilustraram pelos seus relevantes serviços à nação. E a leitura do livro não nos desilude. Cada página dedicada a um destes ilustres maçons mostra-nos que, se o público não reconhece grande parte dos nomes citados, isso não significa a ausência de uma folha de serviços, nem sempre à causa pública, é certo, mas quase sempre à da república ou da maçonaria. Há maçons de primeiro plano na vida política dos últimos duzentos anos, mas também os há em segundo, terceiro, quarto e quinto planos. Destes últimos é pródiga a onomástica lisboeta, que consagra maçons tão distintos como Joaquim José Alves, Luís Dias Amado, Adães Bermudes, General Sousa Brandão, António Pereira Carrilho, Augusto de Castro Guedes, Manuel de Jesus Coelho, Fernandes Costa, Alexandre Ferreira, João Gonçalves, General Joaquim José Machado, Filipe da Mata, José Pinheiro de Melo, João de Oliveira Miguens, Aquiles Monteverde, Hermano Neves, Azevedo Neves, Zófimo Consiglieri Pedroso, António Pusich, Julião Quintinha, Gilberto Rola, Heliodoro Salgado, Gomes da Silva, Miguel Verdial e tantos outros.

Não ousaríamos afirmar que estas ruas se inspiraram em personagens sem biografia, mas a obra que espelha o orgulho maçónico não deixa dúvidas quanto à modesta carreira de boa parte deles. Abundam ali os maçons cujo percurso biográfico se resume a um ou dois parágrafos, preenchidos sobretudo com militância republicana, inscrição na maçonaria e artigos em jornais republicanos. Torna-se claro que houve na nossa capital uma exagerada valorização de todo aquele que de perto ou de longe participou em conspirações, comícios ou publicações contra a monarquia e os jesuítas. Este último ponto não deixa de ser instrutivo, porque prova como as obsessões ou as histerias duma geração podem perpetuar-se na toponímia de um país com um património histórico afinal tão rico como o nosso.

Percorrendo os ficheiros da Biblioteca Nacional, verificamos que algumas das grandes figuras que apadrinharam os nomes das nossas ruas deram a maior prova do seu rendimento intelectual produzindo livros, discursos, panfletos ou poemas contra os jesuítas: Alexandre Braga, afamado autor do Discurso pronunciado no comício anti-jesuítico, realizado no Theatro de S. João a 17 de Abril de 1881, tem o seu nome em ruas em Lisboa, Odivelas, Olhão, Sintra, Trafaria, Vendas Novas, Vila Chã de Ourique. José Caldas, o autor de *A Corja Negra e de Os Jesuítas e a*

sua influência na actual sociedade portuguesa, tem uma rua em Viana do Castelo. Lino de Assunção, autor de *História Geral dos Jesuítas e de outras diatribes contra a Companhia de Jesus*, tem ruas em Paço de Arcos e Alfragide. Borges Grainha, autor de *Portugal Jesuíta*, tem uma rua em Lisboa. Angelina Vidal, prefaciadora do «poema anti-jesuítico *O Marquez de Pombal*» de João Maria Ferreira, tem ruas em Alcabideche, Amora, Arrentela, Charneca da Caparica, Fernão Ferro, Lisboa, Setúbal, Seixal e Tomar. Tomás da Fonseca, que gastou quase toda a sua veia literária em imprecizações contra a Igreja e os jesuítas, tem ruas em Amadora, Coimbra, Lisboa, Moita, Mortágua, São Domingos de Rana e Seixal.

Além de consagrar pessoas com modestos serviços prestados ao país, a toponímia portuguesa apresenta ainda outros caracteres salientes: um esforço de valorização das mulheres distintas, confundidas no entanto com militantes do feminismo republicano; a ausência de nomes ligados a movimentos culturais monárquicos ou tradicionalistas; o esquecimento das senhoras que criaram o apoio aos presos políticos na primeira república (lembremo-nos de Constança Telles da Gama e Júlia de Brito e Cunha) ou a Cruz Vermelha feminina durante a primeira guerra mundial (Luísa da Câmara); excessiva valorização dos golpes de força (31 de Janeiro, 5 de Outubro) que levaram a república ao poder e nenhum valor atribuído à data de pseudo-eleições que procuraram legitimar por escrutínio o regime.

O saldo da toponímia portuguesa encontra-se, como acabamos de ver, desfigurado pelos vestígios de um combate ideológico em que o campo laico e republicano investiu com excessiva energia, perante a quase total apatia dos outros campos ideológicos — que deveriam ter-lhe disputado uma parcela do espólio. Tanto é digno de censura o que não se moveu como o que se enredou nos excessos do seu zelo combativo.

No final, sabe bem descobrir que ainda há freguesias rurais inteiramente isentas da contaminação ideológica e do culto da personalidade, onde não se encontram ruas senão *do Passal, da Regueira, da Cárcua, da Pirândula, do Pinheiral, da Quingosta, da Fonte, da Agra, da Tulha, do Olival e das Minadas*.

De que serve esculpir na pedra nomes ilustres, se não se conhecem os feitos exaltantes e as vidas heróicas que as placas de mármore deviam comemorar? Quem conhece os méritos patrióticos que tornaram Heliodoro Salgado uma das figuras mais encarecidas e festejadas pelas nossas comissões de toponímia?



ACADEMIA JMP

No passado dia 7 de Outubro de 2017, a Juventude Monárquica Portuguesa realizou mais uma Academia JMP, desta vez na Casa da Comarca da Sertã, em Lisboa.

Participaram perto de 30 jovens, alguns até aí unicamente simpatizantes do movimento monárquico, mas que se tornaram nossos associados após a sua participação neste evento.

A Academia JMP existe com o objectivo primeiro de dar formação monárquica, aproveitando assim para promover o trabalho da Causa Real e da JMP junto dos jovens.

Contámos com a participação de oradores de excelência que vieram falar sobre temas da actualidade ou de questões prementes da nossa História, de modo a pôr os jovens a debater ideias e soluções para o movimento monárquico nacional.

A Academia JMP abordou 5 temas que, no nosso entender, são importantes para qualquer discussão sobre a monarquia em Portugal.

“Mecenato dos Reis na Arte e Cultura Portuguesa”

- Aline Gallasch-Hall de Beuvink
- Hugo Crêspo

“Comunicar a Monarquia”

- João de Lancastre e Távora
- Nuno Miguel Guedes

“Porquê ser monárquico no século XXI?”

- Nuno Pombo
- Joel Moedas Miguel
- Paulo Vitorino

“A Família Real e a Lusofonia”

- Miguel Castelo Branco
- Vitório Rosário Cardoso

“Pensar o Futuro”

- Diogo Tomás Pereira

Sentimos que é através deste modelo de formação que podemos perpetuar o ideal monárquico para as novas gerações, sendo a Academia JMP uma ferramenta essencial para a divulgação, dinamização e discussão da monarquia em Portugal.

Nuno de Albuquerque Gaspar
Vice-presidente da Direcção
da Juventude Monárquica Portuguesa



SEIS MESES DA NOVA EQUIPA JMP PORTO

Desde o início do seu mandato, a nova direcção tem procurado seguir uma estratégia de proximidade de pessoal – com os seus associados, simpatizantes e com a sociedade civil – e institucional – de contacto com outras instituições da cidade do Porto. Foi nesse sentido que tornámos mais regulares os momentos de reunião e convívio entre associados, procurámos reforçar a proximidade com a Real Associação do Porto e desenvolvemos actividades em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Direcção-Geral do Património Cultural, entre outras.

Assim, no dia 15 de Julho de 2017, a JMP Porto realizou uma concorrida visita ao MMIPO – Museu da Misericórdia do Porto, que então celebrava o seu 2.º aniversário. Com muito gosto, e segundo informações do próprio museu, fomos o primeiro grupo organizado a receber uma visita guiada ao recém-adquirido retrato de D. Pedro IV.

No campo da comunicação e da reflexão teórica, iniciámos um novo *blog*, a que demos o nome: *A Monarquia do Norte: ideário de pensamento monárquico* (<http://amonarquiadonorte.blogs.sapo.pt/>). Esperamos fazer deste um espaço de escrita política e filosófica para uma nova geração de monárquicos e para a promoção de novas ideias que sirvam de contributo à divulgação e renovação do pensamento monárquico.

No dia 23 de Setembro associámo-nos ao programa nacional das Jornadas Europeias do Património, uma iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da União Europeia, coordenada em Portugal pela Direcção-Geral do Património Cultural. Nesse âmbito, realizámos a visita *Porto e Douro: destinos que a História cruzou*, orientada pelo Professor Doutor António Barros Cardoso, membro fundador e presidente da direcção da Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho (APHVIN/GEHVID). Para além da celebração da causa maior da cultura e do património português, foi uma oportunidade única para conhecer importantes espaços da cidade.

Ao longo deste tempo continuámos o trabalho de envolvimento da JMP Porto com as actividades da juventude a nível nacional e da Causa Real.

Finalmente, estamos a prosseguir o trabalho, já em anos anteriores levado a cabo, de promoção da JMP Porto junto do meio académico, por via da divulgação nas faculdades e da publicação dos jornais de parede.

Não poderíamos terminar sem agradecer a todas as pessoas e instituições que até agora connosco têm colaborado.

Jorge Araújo,
Presidente da Direcção da JMP Porto



Gonçalo Ribeiro Telles

– visionário, realista e monárquico

Na nossa história recente, o nome de Gonçalo Ribeiro Telles tem sido muitas vezes trazido à colação como sinónimo de coerência, ponderação e visão sobre os mais diversos temas da vida portuguesa. A recente tragédia dos incêndios florestais que devastaram o país fez com que as palavras do arquitecto sobre a política de ordenamento de território (ou a sua flagrante ausência) andassem outra vez nos cabeçalhos dos jornais e com o reconhecimento de todos os sectores da sociedade portuguesa. Ribeiro Telles e a sua visão de Portugal parece ser um dos poucos consensos nacionais, uma figura politicamente transversal e muitas vezes evocada mesmo por quem nunca o admirou ou compreendeu.

É verdade que a sua vida pública – que dura há muitas décadas, quer na oposição ao salazarismo, quer depois de chegada da democracia – já foi reconhecida ao mais alto nível. Mas há um factor que sempre uniu tanto o pensamento como a acção cívica e política de Gonçalo Ribeiro Telles: o ser monárquico. É esta convicção que serve de raiz e flor a tudo o que defende; e era exactamente esta condição que era necessário tornar mais notória.

Em boa hora a Real Associação



de Lisboa resolveu organizar uma antologia de textos de Ribeiro Telles que deixam isso bem claro. Através da sua chancela *Razões Reais* surge finalmente uma antologia do pensamento político de Ribeiro Telles sob o título *Por que sou monárquico*.

Este livro foi apresentado no Centro Nacional de Cultura (CNC) – local emblemático de debate democrático durante o anterior regime e de que Ribeiro Telles é o sócio nº1 -, com a presença do organizador da antologia, Vasco Rosa, o presidente da Real Associação de Lisboa, João Lancastre e Távora, o arquitecto Fernando Santos Pessoa (discípulo de Ribeiro Telles, de quem coligiu outros textos e fez a sua fotobiografia) e o professor Guilherme d'Oliveira Martins, em representação do CNC. Presentes também SAR Dom Duarte de Bragança e membros da família do homenageado.

Perante uma sala cheia, os vários intervenientes recordaram uma

vida pública feita de coragem, coerência e dedicação à causa monárquica. O rigor que Vasco Rosa coloca em todas as compilações que organiza serviu de forma perfeita para trazer, em nome próprio, as palavras de alguém que vive no seu tempo, de pés na terra e visão nos dias que vêm. Um visionário realista, nos

vários sentidos deste último adjetivo.

Os monárquicos têm a ganhar com este património doutrinário que já fazia falta conhecer. Mas mais do que os monárquicos, todos os que têm orgulho em ser Portugueses encontrarão eco nas palavras de Ribeiro Telles. Termino com este exemplo, tão contemporâneo que poderia ter sido escrito agora mesmo: «Só na Monarquia das comunidades o ruralismo poderá sobreviver e afirmar-se como cultura viva. (...) O desenvolvimento não poderá ser entendido como mero crescimento do produto nacional bruto mas como conquista gradual de situações económicas cada vez mais diversificadas, garantindo a perenidade das condições que permitam a melhoria constante da qualidade de vida (...). É nestes múltiplos aspectos que o costume, a tradição, a cultura, a segurança o desenvolvimento e o progresso se encontram com a Monarquia» (Janeiro de 1980). • Nuno Miguel Guedes



Lei de Precedências do Protocolo do Estado

Conforme anunciado no Correio Real e por outras vias, está pronta para entrega no Parlamento a Petição para inclusão do Duque de Bragança na Lei das Precedências do Estado.

O respectivo Manifesto foi subscrito por um significativo conjunto de individualidades de prestígio nacional, de diversas orientações políticas, incluindo muitas que se afirmam republicanas.

Vale a pena consultar a lista de notáveis apoiantes no site da Causa Real

(<http://www.causareal.pt/inclusao-do-duque-de-braganca-na-lei-do-protocolo-do-estado/>).

A recolha pública de apoios para a Petição já conseguiu cerca de 1000 assinaturas em papel e outras 7000 na internet (<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT84541>), o que permitirá em qualquer momento entregá-la na Assembleia da República, obrigando esta a pronunciar-se.

A Direcção Nacional da Causa Real está a ajudar a promover este projecto lançado pela sociedade civil, pelo

que, no sentido de garantir a necessária maioria parlamentar, solicitou audiências aos principais Partidos para explicar a proposta, antes da sua apresentação formal.

As audiências, pedidas desde Julho, já se iniciaram, mas o processo tem sido dificultado pelas férias em Agosto, pela campanha eleitoral em Setembro e pela instabilidade partidária e governativa em Outubro.

Espera-se poder entregar a Petição o mais tardar no início do próximo ano.

• **Tomás Moreira**



Visita dos Duques de Bragança aos Açores

Durante a visita efectuada em Agosto à Ilha Terceira, SS.AA.RR., os Duques de Bragança, participaram num jantar de convívio, no dia 24, organizado pela Real Associação local, que contou com a participação de dezenas de monárquicos e simpatizantes.

Na Cidade de Angra foram hóspedes da Residência Diocesana. Após esta

visita, os Senhores Duques de Bragança, deslocaram-se a São Miguel, onde a Real Associação também organizou um almoço de convívio com os associados.

Em Ponta Delgada visitaram ainda o Convento do Senhor Santo Cristo e outros locais de interesse cultural.

REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

Sabia que toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte, ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115

Email: secretariado@reallisboa.pt

APELO!





Roteiros Reais da RAL

Como tem sido habitual, a Real Associação de Lisboa prosseguiu os seus Roteiros Reais, guiados pelo associado Joel Moedas-Miguel, formado em História e História de Arte.

Assim, no dia 24 de Junho vários associados e amigos da RAL fizeram um estimulante passeio pela Lisboa do Terramoto na Baixa Pombalina, descobrindo a cidade anterior e posterior ao Terramoto, o que resistiu, as inovações e a excepcionalidade do projecto pombalino. Os Roteiros Reais

continuaram a 14 de Outubro com um passeio no Bairro Alto, entre a Igreja de São Pedro de Alcântara e o Convento dos Cardaes, que, para além de casas dedicadas a Deus, são duas construções de afirmação social e política das famílias Távora e Marialva. A 11 de Novembro foi a vez da Quinta dos Marqueses de Alegrete, excelente exemplar da arquitectura e das artes decorativas do séc. XVIII.



Real Associação de Lisboa - XXVIII Aniversário

LISBOA, 20 DE MAIO DE 2017

No dia 20 de Maio, a Real Associação de Lisboa celebrou o seu 28º aniversário com mais um tradicional passeio-convívio, que desta vez incluiu uma visita ao Palácio de Queluz, património com estreita ligação à Casa Real Portuguesa e à História de Portugal, seguido de um almoço presidido por S.A.R. o Senhor Dom Duarte e de um animado passeio de eléctrico entre a Vila de Sintra e a Praia das Maças. Na visita ao Palácio tivemos uma vez mais a grata satisfação de contar com a colaboração do Professor Hélder Carita, nome incontornável da História da Arquitectura em Portugal.



Notícias da Real Associação do Porto

Findo o Verão, a Real Associação do Porto organizou, como habitualmente, dois grandes eventos.

Em 23 de Setembro de 2017 realizou-se a Grande Final da Taça Duque do Porto 2017 e em 26 de Outubro celebrou-se o 28º Aniversário da Real Associação do Porto.

Ambos os acontecimentos, muito participados, proporcionaram um excelente convívio e contribuíram para uma maior visibilidade da nossa Real Associação e da Causa Real.

Taça Duque do Porto 2017

Este ano, na sua quarta edição, o circuito de golfe Taça Duque do Porto teve a novidade de ter disputado uma das suas provas no Algarve e de, na final, muito concorrida, participada pelos apurados nos seus vários torneios e pelos convidados da organização, se felicitar pela inédita participação do próprio Duque do Porto como jogador.

A grande final, à semelhança dos anos anteriores, ocorreu no Estrela Golf Club, no passado dia 23 de Setembro, onde, no mesmo dia, se realizou um animado jantar de entrega de prémios, com a presença de S.A.R., a Duquesa de Bragança e do Infante Dom Dinis, o Duque do Porto.

Cumpramos realçar a importância dos patrocinadores, apoiantes e parceiros, sem os quais não seria possível a sua realização.





Jantar Comemorativo do 28º Aniversário da Real Associação do Porto

Em 26 de Outubro de 2017, teve lugar o Jantar Comemorativo do 28º Aniversário da nossa Associação, na Casa dos Arcos, no Porto, com a presença de SS.AA.RR. os Duques de Bragança, que este ano teve um cariz acrescido, por ter também um fim de beneficência, revertendo parte da receita a favor da Associação Vida Norte.

Durante o jantar, foram projectadas imagens de diversos eventos realizados pela Real Associação do Porto e pela Causa Real, após o que houve ainda uma muito aplaudida actuação musical de guitarra, fado e poesia.

O jantar, muito apreciado e com a participação de cerca de 220 pessoas, proporcionou mais um agradável convívio de afirmação e dedicação à Família Real e à Causa Monárquica, o



que constitui para a nossa associação sempre um grande estímulo.

• **Jorge Leão,**
Presidente da Real Associação do Porto

Os eventos da Real Associação do Porto estão publicados em www.realporto.pt e no facebook da Real Associação do Porto e da Taça Duque do Porto.



Real Associação do Ribatejo XV Tourada Real em Salvaterra de Magos

No passado dia 28 de Julho de 2017 a Real Associação do Ribatejo realizou a XV Tourada Real em Salvaterra de Magos com a presença de SS.AA.RR. os Duques de Bragança. Foi um evento com grande adesão e lotação esgotada.

No início da tarde houve uma recepção na Câmara Municipal de Salvaterra de Magos com os representantes da mesma, seguindo-se um passeio de barco no rio Tejo.

No decorrer da Tourada Real foram entregues prémios a várias entidades distintas da Cidade e do panorama tauromáquico.

Foi entregue um donativo solidário aos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos, foram distinguidos os toureiros em Praça e foi homenageado o agricultor José da Costa, um símbolo para os agricultores ribatejanos.



S.A.R. o Senhor Dom Duarte Duque de Bragança entregou as seguintes medalhas:

- Cavaleiro Luís Rouxinol, placa comemorativa pelos seus 30 anos de alternativa;
- Cavaleiro João Moura Jr., placa comemorativa pelos seus 10 anos de alternativa;
- Cavaleiro João Telles, placa de homenagem póstuma a seu avô, Mestre David Ribeiro Telles;
- Medalhas de participação aos Grupos de Forcados de Alcochete e Salvaterra de Magos;





Senhor Dom Duarte Pio em Tomar

TOMAR, 1 DE JUNHO DE 2017



No dia 1 de Junho, S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança esteve presente nas comemorações do Dia Mundial da Criança, no desfile “Tomar - Berço dos Descobrimientos”, ao lado da presidente da Câmara de Tomar, Anabela Freitas, e de individualidades tomarenses. No desfile participaram 2.300 crianças das várias escolas do concelho de Tomar.

Durante a manhã SAR visitou a Igreja de São Baptista, onde pôde observar os trabalhos de conservação e restauro de uma pintura, desenvolvido por uma aluna do Instituto Politécnico de Tomar. SAR passeou depois pela cidade até a Mata dos Sete Montes onde estava a decorrer um grande piquenique com as crianças que participaram no desfile.

O almoço decorreu no Hotel dos Templários com os representantes locais das áreas sociais, cultura, forças de segurança e bombeiros, educativa (IPT), religiosa e poder autárquico.

Na parte da tarde houve uma regata no Rio Nabão cuja abertura foi dada pelo Duque de Bragança e pela presidente da Câmara de Tomar. É de realçar que os barcos participantes na regata foram feitos pelos vários alunos das escolas do concelho de Tomar a partir de materiais recicláveis.



Real Associação de Viseu - IX Viagem ao País Real



Prosseguindo o objectivo de conhecer melhor a sua região e o País, dando-se também a conhecer e estabelecendo relações com o Povo e as suas entidades representativas, a Real Associação de Viseu, na sua IX Viagem ao País Real a 17 de Junho, visitou Linhares da Beira e Guarda. Sua Alteza Real o Senhor Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu, honrou-nos com a Sua companhia.

Recebidos pela Freguesia de Linhares, na pessoa de uma sua representante da cultura que nos acompanhou pelas bonitas e interessantes ruas locais, testemunhas de um Passado rico e ávidas de um Futuro de progresso e bem-estar, culminámos a visita no imponente castelo.

Na cidade da Guarda, o presidente da Câmara, não podendo estar presente por compromissos políticos, fez-se

representar pelo vereador da Cultura que, no Museu da Cidade, onde nos dirigiu a visita, assistiu a uma palestra, organizada pela Real de Viseu, proferida por João Rodrigues da Fonseca, historiador nosso convidado, sobre as “origens da cidade da Guarda”.

Seguiu-se a visita ao centro histórico e à Sé Catedral. O Senhor Bispo da Guarda, encontrando-se num compromisso pastoral, teve a gentileza de dirigir à Real Associação de Viseu uma simpática carta de boas-vindas.



Real Associação de Viana do Castelo

Reais Conversas com...

PONTE DE LIMA, 27 DE MAIO DE 2017

A Real Associação de Viana do Castelo iniciou, em 27 de Maio, a série de tertúlias intitulada “Reais Conversas com...”, em Ponte de Lima, no auditório da Casa da Terra.

Esta sessão, a que pode assistir através do canal monarquia.tv no YouTube, teve como tema “A Feira de Ponte” e, como convidados, Francisco Abreu e Lima e Franclim Castro Sousa, tendo a moderação ficado a cargo de Rosário Sá Coutinho.

Em casa com lotação esgotada, foi uma noite descontraída e muito participada, com inspiração e paixão sobre um tema que muito diz a Ponte de Lima e que é um marco da vida do concelho.

Foi interessante ouvir muitas histórias sobre a Feira de Ponte de Lima, desde os namoricos, aos propagandistas dos cobertores, às pessoas que vinham de barco à feira, ao negócio do gado e aos toques dos sinos de Santo António da Torre Velha, sempre que este negócio corria bem, à venda da limonada, aos retratistas, etc.

Para além de muitos limianos que aderiram por completo a esta iniciativa, estiveram presentes Gonçalo Pimenta de Castro, presidente da Real Associação de Braga e João Calheiros Lobo, vice-presidente da Real Associação do Porto, bem como Ilda Araújo Novo, deputada do CDS/PP pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo.



Outras Actividades das Reais Associações



REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

Em Julho ficou disponível a Real Gazeta do Alto Minho n.º 12 onde, entre vários artigos e notícias, se encontra uma entrevista a Diogo Tomás Pereira, tesoureiro da Causa Real. O n.º 13 da mesma gazeta foi lançado em Outubro, salientando-se uma entrevista a Sua Alteza Real a Senhora Dona Isabel de Bragança e artigos da autoria de Miguel Villas-Boas, Lamas Pacheco, Carlos Aguiar Gomes e Susana Cunha Cerqueira.

No final de Outubro a Real Associação de Viana do Castelo editou também um panfleto de divulgação do ideal monárquico, "Monarquia - Razões Indiscutíveis, n.º 0", que será distribuído periódica e gratuitamente.

Roteiros pelo Alto Minho

Outra nova actividade da Real Associação de Viana do Castelo, os "Roteiros pelo Alto Minho", foi iniciada a 7 de Outubro, com o "Circuito Mariano das Terras da Nóbrega".

O Padre Dr. António de Magalhães Sant'Ana, jesuíta, guiou o percurso no que diz respeito às questões relacionadas com o culto Mariano e guias locais explicaram a história dos monumentos visitados e a sua importância nas Terras da Nóbrega.

Assim, foram realizadas visitas à Igreja da Nossa Sra. do Livramento e ao Castelo da Nóbrega, ao Mosteiro de São Martinho de Crasto, à Vila de



Aboim da Nóbrega, primeira Sede das Terras da Nóbrega, ao Santuário da Senhora da Paz, ao Mosteiro de Vila Nova de Muía e por fim à Capela da Sra. da Lapa onde foi celebrada missa.



REAL ASSOCIAÇÃO DE COIMBRA

Como é sua tradição, a Real Associação de Coimbra celebrou o 874º aniversário da fundação da nacionalidade no dia 5 de Outubro, data em que, com o Tratado de Zamora, e na presença do Legado Pontifício, Cardeal Guido de Vico, D. Afonso VII de Leão reconheceu a existência de um novo Estado, PORTUGAL.

Assim, foi celebrada missa na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, sufragando a alma do Rei fundador e dos seus descendentes, bem como a alma do Senhor Dom Henrique de Bragança, Duque de Coimbra, de João Matos e Silva (1.º presidente da Causa Real) e de todos os associados e simpatizantes da Real Associação de Coimbra falecidos no último ano.

Após a Eucaristia realizou-se uma cerimónia evocativa da efeméride junto aos túmulos dos reis fundadores (D. Afonso Henriques e D. Sancho I).

Associaram-se à Real Associação de Coimbra, estando presentes, as Reais Associações da Beira Litoral e de Viseu.



REAL ASSOCIAÇÃO DO RIBATEJO

Núcleo da Golegã e 30º aniversário

Foi constituído, no passado dia 6 de Outubro, o núcleo da Golegã da Real Associação do Ribatejo. São elementos fundadores Ruy Andrade, Miguel Baena, Augusto De Castro Pereira, Jorge Augusto Duarte Carvalhinho, Rui Lince Medinas, Manuel Madeira, Rita Cotrim e Luis Miguel Cotrim Dinis.

Este novo núcleo foi apresentado durante a comemoração dos trinta anos da Real Associação do Ribatejo num almoço durante a Feira Nacional do Cavalo na Golegã, com a presença de SS.AA.RR. os Duques de Bragança, João Vicente Saldanha, fundador daquela Real Associação, António de Souza Cardoso, presidente da Causa Real e Gonçalo Silva, presidente da Juventude Monárquica Portuguesa e onde José Carlos Ramalho, presidente da Real Associação do Ribatejo, proferiu um emocionado discurso.



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

Jantares mensais

A Real Associação de Viseu organiza jantares mensais que realiza no Clube de Viseu. No dia 15 de Novembro convidou a estarem presentes o comandante do RIV14, Coronel João Alves de Bastos e o Tenente-coronel João Alvelos da organização Cruz de Malta.

O Foral do Porto, 1517-2017. Marca de um Rei, Imagem de uma Cidade

FICHA TÉCNICA

AUTORES: Paula Pinto Costa e outros

EDITORIA: Câmara Municipal do Porto

PÁGINAS: 160

ISBN: 978 989 99871 1 1

Uma cidade como poucas

Catálogo duma exposição bipartida entre a sede autárquica, nos Aliados, e a Casa do Infante, na Ribeira, sede dum museu histórico municipal, este livro celebra meio milénio do foral manuelino que deu ao Porto um novo «instrumento da identidade» (p. 103), e ao mesmo tempo — como o próprio título indica — exemplifica historicamente o cunho modernizador de D. Manuel I (1469-1521), cujo reinado decorreu entre 1495 e 1521. Trata-se também de uma edição facsimilada e respectiva transcrição paleográfica do próprio foral, um documento em três cópias hoje preservadas nas casas-fortes do Arquivo Histórico Municipal do Porto, da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Torre do Tombo, e cuja beleza material, desde pergaminho importado e da melhor qualidade à laboriosa ornamentação pictural do seu frontispício e à elegante caligrafia dita librária, atesta a dignidade, grande aparato e significado daquilo que foi afinal, para todos os efeitos, um conjunto de normas tributárias e fiscais de suporte do governo da cidade tripartido entre bispo, câmara municipal e rei, que regulou afinal «a vida de muitos» (p. 128) por um pouco mais de três séculos.

O foral teve cópias para todos estes protagonistas da cidade, personalizadas (como hoje se diria em linguagem comercial) com os respectivos símbolos heráldicos, e é de alguma forma «o patriarca» de alguns outros forais inerentes às povoações do seu termo (*grosso modo* a área metropolitana dos nossos dias), que nos Paços do Concelho também podem ser admirados, como «documentos históricos e repositórios de marcas culturais e de identidade dos concelhos» (p. 103). Em instituições portuenses, há sete forais manuelinos preservados. A historiadora e comissária Paula Pinto Costa, da Faculdade de Letras do Porto, sublinha o facto de que, ao contrário das *Ordenações Manuelinas*, compilação impressa da campanha legislativa do reinado do Venturoso, aos forais novos, 570 no total, foi conferida uma «estética manuscrita» (p. 117) e uma materialidade de excelência típica das obras de arte — que teve o seu máximo esplendor no extraordinário miniaturismo

dos 61 frontispícios da Leitura Nova (1504-68) —, a qual, tanto quanto o seu prestígio simbólico, sempre os protegeu de abusos e devastações. É este um ponto importante: Helena Cruz Coelho ressalta como atributo da perenidade do poder real a qualidade matérica destes «monumentos pergamináceos» «em que a sua vontade se moldava» (pp. 154, 150), e Amândio Barros refere que em negociações de Outubro de 1520 um emissário do Porto viajou à corte com o foral envolto em «pano encerado» que o protegesse da chuva (p. 139). Francisco Ribeiro da Silva diz mesmo que «o prestígio simbólico dos forais sobreviveu à sua revogação [Mouzinho da Silveira, 1832], e tal está patente no facto de, mesmo sendo ideologicamente abominados no Liberalismo [...], os municípios, regra geral, conservaram-nos em boas condições nos seus Arquivos Históricos» (p. 121) — ao que podemos acrescentar que o meio milénio deles tem sido celebrado em dezenas de localidades portuguesas, através de exposições, estudos históricos e facsímiles (por vezes em edições locais, precárias é certo, mas sempre garbosas) ou até de tiragens especiais de vinho para ofertas de protocolo, como em 2007 a Câmara Municipal de Sintra fez com garrafas de Colares que celebram o foral local. E importa referir que o Banco de Portugal editou em 2009 um luxuoso álbum sobre um dos seus «tesouros históricos», precisamente a sua «magnificante colecção de forais manuelinos» (a quinta mais extensa do país, com 11 espécimens, de Miranda do Douro a Tibães), comprovativa, como se lê na respectiva introdução, de que «o nosso país é uno na diversidade das suas gentes, cujo passado urge conhecer num processo cultural de afirmação da sua identidade e valorização da grei» (*Os Forais Novos do Reinado de D. Manuel. Colecção do Banco de Portugal* de José Manuel Garcia, p. 9).

Este foral do Porto tem particularidades exclusivas, a principal das quais a de ter sido fixado tardiamente no ciclo legislativo manuelino (Lisboa e Évora ficaram resolvidos muito antes, em 1500 e 1504), beneficiando por isso de algum amadurecimento jurídico, mas sobretudo beneficiando de — ou poderia dizer-se: exigindo — uma prolongada campanha de debates públicos e de perícias de emissários régios, o que fez do seu redactor, Fernando de Pina, o hábil articulador dos interesses da «patricidade urbana» e da forte tutela eclesiástica da cidade, que do medievalismo feudal avançava para a modernidade. Sobre «uma herança de poderes partilhados» (p. 117), era essencial distinguir com absoluta clareza — ou com a clareza possível — os direitos régios e eclesiásticos sem



ferir o comércio que fazia a riqueza desta urbe portuária, como vértice dum comércio internacional progressivamente alargado a vários continentes.

Mas se o Porto foi a última das povoações mais importantes do país a receber um «foral novo», o apreço do Rei pela cidade ficou expresso nas opções da Chancelaria por certos motivos decorativos da emblemática régia, representação das armas do concelho (o que só tinha ocorrido para Coimbra, no ano anterior), formato ligeiramente maior e dispêndio excepcional na elaboração dessas «obras-primas da iluminura europeia de conteúdo laico» (p. 115). Outros factos concorrem para essa excepcionalidade, como ensina Manuel Luís Real, p. 112: em 1516 vivia-se «grande euforia na corte», pois a exploração do Brasil estava em marcha e posições na Ásia estavam consolidadas, e além disso, D. Manuel I torna-se no ano seguinte — que é o ano deste foral —, pelo seu casamento com Leonor de Habsburgo, cunhado de Carlos V e tudo isso permitiu-lhe reivindicar o «estatuto imperial» de *Rex Orbis*, a que dá expressão na cartela do frontispício deste foral ao intitular-se «senhor da Guiné e da conquista e navegação e comércio da Etiópica, Arábia Pérsica e da Índia». Por bulas papais de Janeiro e Março de 1516, o rei e mestre da Ordem de Cristo alcança o padroado em todas as igrejas do império português, levando D. Manuel I a incluir no frontispício do foral do Porto a Cruz de Cristo — onde também vão estar representadas plantas e animais exóticos como miosótis e zínias, o pavão da Índia, a catatua das Ilhas Molucas e o macaco africano ou brasileiro.

Amândio Barros aborda nas páginas finais deste livro o impacto do foral manuelino do Porto no desenvolvimento do comércio marítimo, informando que documentos alfandegários indiciam «efeitos imediatos» na exportação de vinhos e couros. Mas sobretudo relaciona-o com a implantação, na Cantareira, do belo farol de São Miguel-o-Anjo — o primeiro em todo o país! — pouco mais de dez anos apenas transcorridos sobre o novo regime fiscal da cidade que influenciou «a circulação de mercadorias e a frequência de navios nesta cidade portuária» (p. 136). Todavia, o abastecimento interno era então muito mais expressivo do que a exportação, e a «natureza arcaica» do normativo manuelino em poucas décadas deixou de cobrir o dinamismo mercantil potenciado por novas rotas atlânticas, trocas muito intensas com o porto de Lisboa e sobretudo por alianças — inclusive familiares — entre «a velha elite dirigente» e novos agentes de tratos marítimos, «maioritariamente cristãos-novos» (p. 140). Com a «revitalização dos negócios da cidade» (p. 143), o Brasil haveria de tornar-se «a grande aposta» do Porto e mais tarde «o motor da economia da Restauração». Os «fortíssimos interesses portuenses» na economia do açúcar brasileiro vão colocar a cidade em evidência no panorama marítimo, atraindo interesses externos e colónias estrangeiras, e catapultando os seus mercadores até um cosmopolitismo europeu, de que o maneirismo arquitectónico no Porto é uma consequência impactante.

Um livro para guardar na estante, de preferência ao lado de *Forais Manuelinos do Porto e do seu termo* de José Manuel Garcia e Francisco Ribeiro da Silva (Inapa, 2001, 144 pp.), produzido aquando de Porto 2000: capital europeia da cultura.

VASCO ROSA

Daqui e Dali

“Quero bem a todos os portugueses, mesmo àqueles que me fizeram mal.”

Rainha Dona Amélia,
28/09/1865, Twickenham - 25/10/1951, Le Chesnay

“O Rei é a última esperança da Catalunha e do Reino das Espanhas enquanto Estado de Direito Democrático e Livre!”

António de Souza-Cardoso, Presidente da Causa Real

NOTÍCIAS SOBRE ACTIVIDADES DA FU



Visita de S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança à Ásia em Junho de 2017

Passou alguns dias em Baucau, na excelente Pousada de Baucau, para desenvolver os projectos de cooperação da Fundação D. Manuel II. Em Dili participou num convívio no Hotel Timor com todos os seus amigos e numerosas personalidades locais. Foi ainda convidado para jantar em casa do Dr. José Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz.

No dia 11 de Junho de 2017 S.A.R., o Duque de Bragança, entregou à Paróquia da Conceição, em Banguecoque, uma imagem da Imaculada, oferecida pela Fundação D. Manuel II à Comunidade Luso-descendente. Esta notável Comunidade, que conta com cerca de dez mil pessoas na Tailândia, tem em Banguecoque quatro igrejas, que foram construídas pelos descendentes dos militares enviados por Portugal a partir do século XVII para reorganizarem e enquadrarem o Reino do Sião. Constitui ainda hoje uma elite nacional tailandesa com forte presença nas Forças Armadas, Polícias, diplomacia, meios académicos, etc. O actual Cardeal de Banguecoque é luso-descendente.



A cerimónia de dia 11 de Junho, co-celebrada pelos Párocos, Pe. Visanu Thanyaanant, Pe. Manot Somsuk, Pe. Ekkapong Pongsungnoen e Pe. Pakphoom Woraporntassana, foi muito emocionante, e contou com a presença de S.E., o Embaixador de Portugal, Francisco Vaz Patto, o Senhor Cônsul de Portugal em Chiang Mai. Seguiu-se um jantar oferecido pela Paróquia, presidida pelo Pároco Superior, Pe. Visanu Thanyaanant. Recomenda-se que todos os Portugueses que visitem Banguecoque não deixem de visitar este bairro de luso-descendentes, o Bairro Português.

S.E., o Embaixador de Portugal, que colaborou activamente no processo da oferta da imagem à Igreja, ofereceu um jantar na Embaixada por ocasião da visita do Senhor Dom Duarte de Bragança.

Em seguida o Senhor Dom Duarte viajou até Timor.

Durante a sua estadia em Dili, o Senhor Dom Duarte cumprimentou o novo Presidente da República, Francisco Guterres, Lu-Olo, assim como o Primeiro-Ministro, Mário Alkatiri e apresentou condolências à família do Eng.º Mário Viegas Carrascalão, que tinha morrido recentemente e com quem mantinha uma relação de amizade desde o tempo em que ambos eram alunos no Instituto Superior de Agronomia. Durante a época do Governo Português, Mário Carrascalão foi Secretário Regional da Agricultura e após a independência foi Vice-Primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional. Acompanhou o Senhor Dom Duarte aquando da sua visita a Timor em 1995, durante o período da ocupação indonésia. Orga-

nizou encontros com as mais altas personalidades políticas e militares indonésias durante as quais terá convencido muitas delas a aceitarem uma mudança radical da situação política em Timor. As soluções, propostas e aceites, tinham sido previamente combinadas com os Bispos Timorenses, Ministro dos Negócios Estrangeiros português e dirigentes políticos da Resistência Timorense. Grande parte dos Timorenses reconhece que esta intervenção foi fundamental para permitir uma mudança de atitude do Governo e dos militares indonésios face a Timor.



FUNDAÇÃO D. MANUEL II PELO MUNDO



Francisco Borba, militante monárquico - de S. Jorge a Angola

Conheci o Francisco Borba graças ao jornal “O Debate”, semanário monárquico que após passar pela censura da Segunda República durante muitos anos, acabou destruído em 1975 por um bando revolucionário que saqueou “democraticamente” a sua sede e roubou os arquivos...

Na altura eu escrevera ao Director, o excelente Dr. Jacinto Ferreira, a queixar-me dum artigo em que atacava os ciganos.

A minha carta foi publicada e lida na Ilha de São Jorge pelo Francisco Borba.

Ele escreveu-me a agradecer, pois era descendente de um chefe cigano que nas Guerras da Restauração comandava uma unidade de Cavalaria no Alentejo, composta exclusivamente por ciganos. Esse oficial de Milicias foi posteriormente nobilitado por Dom João IV.

Em 1972, depois de ter concluído os meus quatro anos como piloto da Força Aérea em Angola e antes de ser expulso de lá pelo governo do Prof. Marcelo Caetano, tive a oportunidade de me encontrar com o Francisco em circunstâncias muito interessantes.

Depois de terminado o seu serviço militar ele entrara para a Administração Ultramarina e ficara a administrar uma localidade a Sul de Luanda.

Teve muito sucesso na sua missão, mas doutrinou a população a favor da restauração da Monarquia.

Isso era um grave pecado político para os nossos governantes em 1972!

Como castigo foi enviado para chefiar um dos postos administrativos mais isolados de Angola, Dirico, na fronteira com a Namíbia.

Lá casou com a filha do chefe local, de etnia Cuanhama e continuou a sua acção patriótica de doutrinação política. Mas aí já não incomodava a nossa Segunda República...

Quando a guerra civil entre os “movimentos de libertação” se desencadeou, ele viu-se obrigado a passar a fronteira para não ser preso e deportado sendo acompanhado pela família da sua mulher e por grande parte da população africana lá da terra...

Acabou por vir viver com a sua mulher para os Açores, onde tive o prazer de os encontrar várias vezes na Cidade da Praia, bem integrados entre o dinâmico e simpático grupo de Monárquicos Terceirenses.

Na verdade ele merece o reconhecimento dos Portugueses patriotas, especialmente dos Monárquicos!

Dom Duarte

BOHEMIA

JUNTA-TE

à MESA



Seja responsável. Beba com moderação.